

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE**  
**RACIAL**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
**(da Sra. Luizianne Lins)**

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Audiência Pública para debater o Fortalecimento da Democracia a partir das recomendações da Comissão Nacional da Verdade ao Estado brasileiro.

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), com base no art. 24, inciso III, combinado com artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de Audiência Pública para debater o Fortalecimento da Democracia a partir das recomendações da Comissão Nacional da Verdade ao Estado brasileiro.

Para a realização dessa Audiência Pública convidamos:

- Rogério Sottili, Diretor Executivo do Instituto Vladimir Herzog
- Christopher Heuser, Diretor Executivo da Fundação Friedrich Ebert
- Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas
- Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- Presidente da Comissão de Anistia
- Representante da Comissão Nacional da Verdade
- Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal

**JUSTIFICATIVA**

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado por lei em 2012 para elucidar as graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar (1964-1985), deixou como herança, para além de suas conclusões, uma série de



recomendações ao Estado brasileiro com vistas à não-repetição das práticas do regime militar e ao aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Para que as recomendações fossem cumpridas, a CNV indicou que deveria ser estabelecido um órgão permanente com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações. Apesar de esforços iniciais terem sido empreendidos para a criação deste órgão, após a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff o legado da CNV foi ignorado.

Assim, o Instituto Vladimir Herzog, que há 14 anos atua a partir da defesa irrestrita da democracia e dos direitos humanos, tomou para si o exercício de identificar o estado de cumprimento das recomendações. Com base em metodologia exclusiva, há dois anos vem sendo realizado o monitoramento da efetivação de cada uma das recomendações.

Possivelmente, se tivéssemos efetivado todas ou boa parte dessas recomendações, teríamos garantido e cultivado a democracia, já que elas versam, acima de tudo, sobre o aprimoramento do Estado Democrático de Direito.

Este trabalho de monitoramento do estado de cumprimento das recomendações foi consolidado em relatório. Diante do exposto, convidamos o Instituto Vladimir Herzog e a Fundação Friedrich Ebert (FES) Brasil para apresentar o relatório Fortalecimento da Democracia - Monitoramento das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

Sala das Comissões, 20 de março de 2023.

**Luizianne Lins**  
**Deputada Federal (PT/CE)**

